



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 18 - Nº 328 - DE 16 A 29 DE OUTUBRO DE 2006 - R\$ 1,50

A crise política e as eleições:

- O tropeço de Lula no 1º turno;
- O futuro governo nas mãos do PMDB;
- O fracasso da Frente de Esquerda;
- A submissão e o retrocesso do PSTU;
- As 21 milhões de abstenções;
- O voto nulo programático em defesa do partido revolucionário.

**2º Turno: VOTO NULO
PROGRAMÁTICO,
PELO PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO,
PELA INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE**



**A força da greve
dos bancários
contra a política
de sua direção**

**Bolívia: em defesa da estatização
com controle operário das minas**



**Artigos
do POR
boliviano**

Lula escorrega no primeiro turno

O resultado das eleições presidenciais, contrariando as tendências apontadas pelas pesquisas de opinião pública, levou a disputa para o segundo turno, por uma pequena margem de votos. Lula obteve 48,61%, ficando a menos de 1,5% do objetivo da reeleição por maioria absoluta. Alckmin superou todas as expectativas das pesquisas, atingindo 41,64% dos votos. Heloisa Helena ficou com 6,85% dos votos e Cristovam Buarque com 2,64%. As abstenções alcançaram 16,75%. Os votos nulos ficaram em 5,68%, com mais 2,73% de brancos.

Os resultados confirmam algumas tendências apontadas antes da votação. Lula chegou perto da vitória (teve mais votos que nas eleições passadas) apoiado principalmente no uso do poder da máquina do Estado, nas principais organizações de massa (CUT, MST, UNE), em importantes setores dos partidos burgueses e numa massa de beneficiados pelos programas sociais do governo. Diferentemente de 2002, quando a maioria das frações burguesas se colocou em favor da eleição de Lula, desta vez ele só contou com um apoio de parte da burguesia, principalmente os bancos. O imperialismo, que sustentou o governo em meio a sua maior crise, não interferiu abertamente na campanha. A burguesia industrial, que em 2002 compareceu dividida nas eleições, empunhou a candidatura de Alckmin. A burguesia agrária, que esteve com Lula em 2002 e se beneficiou com o crescimento nos dois primeiros anos de governo, passou à oposição, criticando Lula pela queda nas exportações causada pela política cambial.

Lula não venceu em primeiro turno, principalmente, pelo desgaste político causado junto principalmente à classe média pelas campanhas das frações burguesas descontentes com aspectos da política econômica (juros e impostos altos, política cambial defasada, crescimento das verbas aos programas sociais). Verifica-se que a votação de Lula se concentrou nos estados com maior índice de pobreza (exceto Rondônia, Roraima e Acre). Venceu justamente nas regiões mais beneficiadas pelos programas sociais. E foi derrotado nos estados de concentração da classe média (exceto Rio de Janeiro e Minas Gerais), os mais populosos. Mas é bom lembrar que em Minas Gerais está o maior opositor interno do PSDB a Alckmin (Aécio Neves) e que no Rio de Janeiro a disputa ao governo se deu entre o PMDB e o PPS, excluindo PSDB e PT. A maior votação de Lula se deve também ao fato de que foi derrotado por menor margem nos estados em que perdeu, tendo maior vantagem nos estados em que ganhou.

A vitória de Lula em grande parte dos estados (venceu em 16 dos 27 estados) não se refletiu na mesma medida numa votação favorável ao PT. Para os governos dos estados, o PT teve um pequeno avanço, concentrado na Bahia (um dos estados mais beneficiados pelos programas sociais) e no Rio Grande do Sul e Pará, onde se credenciou ao 2º turno, mas aí deve perder. Em geral, prevaleceu o poder das oligarquias regionais, que reelegeram seus candidatos na esmagadora maioria dos 17 estados decididos em 1º turno, e dominam o 2º turno. O PMDB elegeu 4 governadores, mas ainda disputa mais 3 estados, com chances de chegar a 7. Até agora, o PSDB (4 eleitos) e o PFL (1 eleito) sofreram os maiores revezes, mas ainda disputam o 2º turno: o PSDB em 3 estados (deve levar pelo menos mais 1) e o PFL mais 2 (deve levar os 2). Assim, o domínio dos governos

deve ficar com os 3 maiores partidos da burguesia, principalmente com o PMDB.

Esses dados mostram o caráter de caudilho da candidatura de Lula, que obteve votações expressivas e majoritárias mesmo onde seus adversários venceram as eleições aos governos estaduais. A tendência à reeleição se manifestou para a presidência e maioria dos governos.

A disputa de 2º turno entre Alckmin e Lula expressa o total domínio do poder econômico sobre a disputa eleitoral. Os principais candidatos da burguesia levaram juntos mais de 90% dos votos válidos. A disputa final se dará entre candidatos que expressam na essência a mesma política neoliberal, ditada pelos organismos do imperialismo, com pequenas discordâncias em detalhes, ritmo e alcance das medidas.

Um governo nas mãos do PMDB

A eleição de parlamentares modificou a composição do parlamento: o PMDB foi o maior vitorioso, com a eleição de 89 parlamentares (antes tinha 77). O PT comparece como a segunda força: 83 parlamentares (antes tinha 91). O PSDB caiu de 69 para 65 parlamentares. O PFL caiu de 84 para os mesmos 65. O PTB, de 26 para 22, o PP de 49 para 42 e o PL de 26 para 23. A bancada ruralista foi a que mais cresceu, justamente em estados onde Alckmin venceu Lula. Há um grande número de deputados que pertence aos partidos nanicos da burguesia (mais de 70), que estarão afetados pela cláusula de barreira e se transformarão em moeda de negociação entre os grandes partidos. A chamada "renovação" da Câmara de Deputados, que trocou metade de seus membros, trouxe para o parlamento setores dos mais reacionários e velhacos da politicagem burguesa, com expressiva votação. Para o senado, o PFL elegeu 6, o PSDB 5, o PMDB 4, o PTB 3 e o PT 2 senadores. O PFL e o PMDB têm as maiores bancadas no Senado: serão 17 para o PFL e 16 para o PMDB (a correlação pode se alterar em função do segundo turno das eleições, em que senadores ou suplentes estão na disputa). O PSDB terá entre 14 e 15 senadores. O PT terá 11 integrantes.

O retrocesso do PT no parlamento se explica pelos resultados negativos obtidos nos estados de maior população e maior bancada, justamente aqueles que concentram a classe média afetada pelas denúncias de corrupção ao governo Lula movidas pela oposição burguesa. O PT conseguiu aumentar suas bancadas nos estados mais pobres, onde os programas sociais têm peso. Mas esses estados têm menores bancadas, o crescimento aí não superou o retrocesso em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por exemplo. Esse mesmo fenômeno se verifica nas bancadas estaduais das assembleias legislativas: significativo retrocesso petista nos estados mais populosos e de classe média; aumento das bancadas petistas nos estados mais pobres e beneficiados pelo Bolsa Família.

Os partidos que compunham a base parlamentar do governo Lula, fora o PT, somam mais de 200 deputados (PMDB, PTB, PL e PP). A oposição burguesa PSDB/PFL tem 130.

Esses dados mostram que, no caso de um segundo mandato, o governo Lula terá de ampliar e muito a participação do PMDB no governo. Já havia negociações entre PT e PMDB no sentido de

conceder 7 ministérios aos caciques José Sarney e Renan Calheiros. O fracasso da vitória em 1º turno acentua a tendência ao crescimento do PMDB e outras frações burguesas no interior do governo. Lula já negociou a participação no governo federal do provável vencedor ao governo do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (PMDB). Terá de fazer o mesmo em outras disputas estaduais, a fim de garantir uma vitória ainda que apertada sobre Alckmin no segundo turno. Já estão anunciadas as alianças com PDT, PSB, e até com o PFL. Por outro lado, o PT tende a se enfraquecer. O segundo governo de Lula tende a ser um governo muito mais dependente do PMDB e demais partidos burgueses, e menos do PT dilacerado pelas denúncias de corrupção.

O fracasso de Heloisa Helena e do PSol

A votação de pouco mais de 6% de Heloisa Helena esteve na mesma ordem de grandeza dos votos nulos. O PSol teve um retrocesso em sua bancada de deputados, encolhendo de 7 para 3. O objetivo pretendido de superação da cláusula de barreira ficou muito distante. A votação dos candidatos do PSol nos estados esteve bem abaixo da votação da senadora caudilha (1,27% de votos para deputados federais). O que mostrou que sua campanha se apoiava muito mais nas denúncias ao governo Lula, que repercutiam na classe média, do que na real influência eleitoral do PSol. Por isso não se deve estranhar o resultado de pesquisa que indica que 2/3 dos eleitores de Heloisa Helena devem votar em Alckmin no 2º turno. A trajetória da senadora esteve ligada nos últimos 2 anos à disputa interburguesa no interior das CPIs, onde ela esteve sempre de braços dados com a oposição burguesa, que agora sustenta Alckmin no 2º turno. Boa parte dos votos em Heloisa Helena expressaram o descontentamento e desilusão da classe média com Lula e o PT, mas principalmente não pela esquerda, e sim pelo aspecto moral burguês. Aspecto esse sob o qual se escondeu mesmo diante da cassação da candidatura do PCO (calou-se para não se desgastar junto ao eleitorado conservador). O conteúdo de classe dos votos na senadora comprova mais uma vez que não expressou nem podia expressar a independência de classe nas eleições.

A política adotada pela direção do PSol em relação ao 2º turno a denuncia: liberou o voto dos filiados, mas proibiu a manifestação pública deles. O setor ex-petista da APS do candidato Plínio (SP) defendeu que se negociasse com o PT o apoio a Lula, sob determinadas condições. Mas não há como o PSol apoiar Lula sem se chocar com a maior parte de sua base eleitoral, que migrará para Alckmin. Os dirigentes contabilizaram que o prejuízo é menor com a orientação fajuta da “liberação do voto”.

O fracasso retumbante do PSTU

O PSTU apostou tudo na constituição da frente de esquerda. Fez pose de durão ao exigir o cargo de vice na chapa de Heloisa Helena, reivindicou uma discussão de programa pela base, mas no final aceitou submisso todas as condições impostas pelo PSol. Tinha na mira a conquista de pelo menos um parlamentar, e a possibilidade de realizar as condições da cláusula de barreira através da Frente. Viu o PSol jogar no lixo a Carta Programa negociada com o PSTU, e adotar na prática a política reformista ditada pela direção do PSol, através das declarações

de Heloisa Helena e de seu Vice, Cesar Benjamin, apontado como autor do programa de governo. As críticas do PSTU às declarações da candidata serviram mais para revelar a sua submissão que para se diferenciar em aspectos do programa reformista.

A direção do PSTU esperava se alavancar na imagem da senadora de discurso agressivo e popular. Mas o oposto ocorreu: o PSTU teve retrocessos em todos os níveis na sua intervenção eleitoral: além de se submeter à política neoreformista do PSol, amargou a redução de 159 mil para 58 mil votos a deputado federal; de 490 mil para 203 mil ao Senado. Seus candidatos tiveram desempenho muito inferior aos do PSol na esmagadora maioria dos casos. A renúncia ao “vote 16 contra burguês” e a submissão à “alternativa dos trabalhadores” lhe custou caro.

Agora, para sua infelicidade, ainda haverá 2º turno: terá de defender a bandeira que há poucos dias condenava como abstencionista: o voto nulo. A bandeira que renega seu apoio a Lula no 2º turno da eleição de 2002. E que o separa dos aliados frentistas nestas eleições.

O conteúdo do voto nulo do PSTU é o de dar um caráter de contestação eleitoral a qualquer dos candidatos eleitos, como se uma votação nula “deslegitimasse” o mandato do futuro governo. Trata-se da defesa de voto nulo no campo eleitoral, no campo da disputa da democracia burguesa.

PCO

O PCO teve sua candidatura cassada pela justiça eleitoral burguesa. Isso apesar de realizar uma campanha limitada à defesa genérica de emprego, terra e salário, adaptada às exigências da legislação eleitoral (que proíbe a defesa da revolução socialista e fim da propriedade privada). O motivo alegado foi a prestação de contas das eleições passadas. A justiça burguesa sequer admite que uma corrente inexpressiva vá aos meios de comunicação fazer uma campanha limitada fora dos padrões da politicagem burguesa. O PCO tirou pouco proveito da situação: não pôs em prática uma campanha de rua contra a impugnação e se auto-ridicularizou ao dizer que o ataque era para impedir que o PCO levasse a eleição ao 2º turno. A legislação antidemocrática da burguesia só pode ser dobrada pela ação das massas, que em determinadas condições podem exigir que sejam aceitas as candidaturas operárias que expressem a luta revolucionária.

Muitas abstenções, poucos votos nulos

O número de abstenções chegou aos 16% (mais de 21 milhões de votos) pelo país. Em estados do norte e nordeste chegou a superar 20%. Mesmo no sudeste, esteve acima de 15%. Uma parcela expressiva das massas se negou a participar das eleições.

Os votos nulos estiveram ao redor de 5%. Votações próximas de 10% foram obtidas no nordeste e sudeste. Parte do descontentamento com o governo e com os parlamentares não se tornou voto nulo, mas foi canalizado para candidaturas antigovernamentais, algumas delas bizarras.

Os votos brancos foram poucos (2,73%), mas em Pernambuco superaram os 7%. É possível que nesse estado uma parcela tenha canalizado o descontentamento para o voto em branco.

Os resultados, tomados em separado ou somados, indicam que não houve uma candidatura que expressasse a independência de classe nas eleições. A candidatura presidencial do PSol obteve 1/3 do número das abstenções e pouco mais que o total de votos nulos, tendo perdido para estes em muitos estados e, nos demais cargos eletivos, em todos eles.

A ausência do partido revolucionário enraizado nas massas tornou a possibilidade de intervenção independente no processo eleitoral restrita à defesa do voto nulo programático.

Conclusões

A burguesia conseguiu manter o controle do processo de disputa eleitoral. Em seu campo próprio de disputa, arrastou as massas para apoiarem uma de suas duas candidaturas. Suas frações oligárquicas dominaram as disputas regio-

Eleições e crise

As eleições de 1º de outubro e as do 2º turno ocorreram e ocorrem em clima de ampla crise política. O dossiê Vedoin reacendeu a posição de impedimento do governo Lula. Quando o escândalo do mensalão havia ficado para trás e o escândalo da sanguessuga tomado seu lugar – com a diferença de mostrar o comprometimento de todos os partidos – o PT se envolveu na compra de informações sobre a corrupção do PSDB. A grande imprensa que funciona como partido – neste caso como porta-voz do PSDB/PFL – pôde ampliar a crise e recompor o quadro anterior de ameaça de impedimento de Lula a um segundo mandato.

As provas de envolvimento do governo FHC com a quadrilha da família Vedoin são visíveis. Os dados contra o Ministério da Saúde de José Serra, envolvendo o secretário executivo Barjas Negri, ficaram soterrados pela campanha da imprensa que se dedicou exclusivamente a apresentar a compra do dossiê e a caracterizar crime eleitoral. O episódio desastrado dos Vedoins e dos petistas tornou-se mais importante que a revelação do ninho que abriga os falsificadores e ladrões do cofre público.

A disputa eleitoral se sobrepôs à podridão, o PSDB/PFL (também a candidata da Frente PSOL/PSTU/PCB) aproveitaram-se dela para tentar rever-

nais e controlam as bancadas parlamentares estaduais e federais.

As massas compareceram às eleições divididas entre as principais candidaturas burguesas. Expressaram suas ilusões democráticas se submetendo à disputa interburguesa. O controle do reformismo sobre as organizações de massas serviu para bloquear as lutas e reforçar o arrasto das massas pelos exploradores. Grande parte dos explorados se mantém iludida com as esmolas dos programas sociais do PT. Votou em Lula na ilusão de que esses programas sejam mantidos e ampliados.

A Frente de Esquerda se mostrou incapaz de combater essas ilusões democráticas, antes as reforçou. Jamais denunciou a democracia burguesa nem colocou a luta direta como o campo próprio das massas, em oposição ao campo próprio da burguesia, que é o eleitoral. Dentro da frente, o PSTU compareceu

ter sua derrota renunciada já para o 1º turno. Tudo indica que o PSDB/PFL não terão êxito. Mas a vitória de Lula se dará num terreno completamente minado pela corrupção e pelas bombas plantadas pela coligação PSDB/PFL.

A espada de Dâmocles foi pendurada sobre a cabeça de Lula – a guilhotina parece ser arma do passado.

A OAB, que também funciona como partido político conforme a situação, re-anunciou a intenção do impeachment. Lembremos que seu presidente tentou essa via no caso Valério/Delúbio. A espada foi alçada nesse momento. A intenção agora é fazer com que o Tribunal Superior Eleitoral casse a vitória do caudilho e não lhe permita um segundo mandato, como dizem, caso se comprove o envolvimento do Presidente com o dossiê.

As massas exploradas pouco se importaram com a luta intestina ao Estado. A classe média, sim, esta acredita que a corrupção é um fenômeno ampliado pelo PT, como foi apresentado pelos seus acusadores. Não se dá conta de que as negociatas e todo tipo de jogatina são inerentes ao Estado burguês. O PT e seu governo não fizeram senão comer do mel já pronto. Acabaram quebrando alguns potes e lambuzaram-se em demasia. Como entraram de forasteiros, não puderam contar com a

como participante do campo da democracia burguesa.

O voto nulo programático, em defesa da construção do partido revolucionário, foi a única ferramenta para expressar a independência de classe, para combater as ilusões democráticas das massas. Precisamente pelo seu conteúdo, que não tem nada a ver com campanhas de voto nulo em si mesmo, seja por princípio (anarquista), seja inserido no campo da democracia burguesa (contra os principais candidatos ou para “deslegitimar” estas eleições ou o futuro governo).

As massas terão pela frente um governo, seja ele qual for, que terá de responder à necessidade capitalista de maior ofensiva contra a vida e o trabalho das massas. Terão de responder com a luta direta pelas reivindicações. Mais que nunca se coloca a necessidade de construção do partido programa, sob a estratégia da revolução proletária e socialismo.

complacência e o acobertamento das instituições estatais (Justiça, parlamento) e paraestais, que abrigam os poderes da velha e da nova oligarquia.

As massas exploradas e famintas nada têm a ver com as fossas e os esgotos da política burguesa. São arrastadas por detrás delas, porquanto não têm independência política e organizativa. As experiências devem servir de lição para se conquistar a independência de classe dos explorados frente aos exploradores. A classe operária terá de construir um partido próprio, programático e fiel aos princípios do socialismo.

Não há como cortar atalho na construção do partido marxista-leninista-trotskyista. Adaptar-se ao eleitoralismo com palavreado esquerdista é negar o partido revolucionário. A Frente de Esquerda do PSOL/PSTU mostrou-se fracassada. Não cumpriu a tarefa de defesa da independência de classe dos explorados.

Lula deverá ser eleito no segundo turno, mas dificilmente governará. Terá de se submeter a fundo ao PMDB e contrair alianças mais amplas com setores oligárquicos. Atacará a vida das massas para ajudar os capitalistas a acumular capital. Os explorados terão de retornar ao seu campo próprio de combate, que é a luta de classe. Nesse terreno avançarem

Voto nulo programático no 2º turno

O POR chamou os trabalhadores e a juventude a anularem o voto no 1º turno. Apresentou um programa de reivindicações dos explorados e a estratégia da revolução proletária. Explicou que ainda não temos o partido revolucionário organizado no seio das massas, capaz de impor sua atuação nas eleições contra as leis discricionárias e repressivas da classe burguesa, comparecer com um programa comunista, com a tática de luta baseada na ação direta e com candidaturas próprias.

A Frente de Esquerda do PSOL, PSTU e PCB demonstrou-se eleitoreira e adaptada ao Estado. Heloisa Helena expôs uma plataforma de governo voltada a administrar o capitalismo. O palareado reformista e moralista mal escondeu suas raízes petistas.

O PCO apresentou-se com uma plataforma sindicalista. Seu candidato à presidência foi cassado pelo TSE sob o argumento de não prestação de contas das eleições anteriores. Não foi capaz de fazer absolutamente nada para se defender da discriminação. Mostrou-se sem base social e adaptado ao legalismo. Isso num quadro em que todos grandes partidos estão envolvidos em bandidagem. A Frente de Esquerda simplesmente ignorou o fato. Não denunciou o ataque do Estado à candidatura do PCO.

A disputa entre o PT e PSDB se deu inteiramente sob o impacto dos escândalos de corrupção. Os quadrilheiros históricos (PSDB\PFL), cuja obra de dilapidação do patrimônio público é notória, puderam se colocar acima do mal devido à infâmia do PT. O PT deu as armas que o PSDB\PFL precisavam para enganar o povo com o argumento e a aparência de retidão moral. Os bandidos vestiram a máscara da ética petista de outrora.

Lula estava com as eleições ganhas, mas seus "estrategistas" não cederam à tentação de comprar um dossiê dos Vedoin contra o PSDB. Denúncias de corrupção, CPIs, dossiês e demonstrações da polícia federal, da Justiça, da OAB e da grande imprensa são armas típicas das disputas interburguesas. Tais escândalos fazem parte dos milhões doados por empresários, bicheiros, narcotraficantes etc.

O PT assumiu plenamente esses recursos da política burguesa. Agora, no 2º turno, petistas, intelectuais, burocratas sindicais e dirigentes do MST voltam com o argumento de que é preciso barrar a direita. Mas quem reabilitou a direita foi a política do PT e sua conduta de quadrilheiros.

É completamente falsa a polarização de direita e esquerda.

O governo Lula se constituiu em comitê gestor do grande capital, particularmente do capital financeiro e das multinacionais. Em geral, assumiu posições pró-imperialistas. Sempre esteve aliado a uma das frações da burguesia internacional.

O PT e seus aliados (PCdoB etc.) substituíram o sindicalismo: estatizaram a CUT, UNE e sindicatos; encabrestaram o MST e movimentos populares; possibilitaram que dezenas de sindicalistas se tornassem carreiristas parlamentares,

assessores e administradores estatais. Essa é a obra da esquerda que propunha a reforma do capitalismo, a democratização do Estado e a constituição de um governo democrático e popular. E que levantou juntamente com o imperialismo e a burocracia estalinista decomposta a bandeira de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu, China e Cuba.

O PT se integrou completamente no Estado burguês, emaranhou-se na oligarquia dominante, aliou-se a uma das frações oligárquicas (Sarney, Jader Barbalho) e corrompeu-se até a medula. O governo Lula assumiu plenamente os interesses históricos da burguesia contra as necessidades mais elementares das massas exploradas.

O PSDB\PFL são os partidos orgânicos da classe capitalista. Representam a aliança da velha oligarquia agrária, da oligarquia modernizada do Nordeste e da oligarquia financeira-industrial do Sul\Sudeste. O PT rompeu essa aliança com a vitória de Lula em 2002 devido à crise de governabilidade de FHC e o deslocamento das massas para suas promessas de reformas populares. Mas logo passou a reproduzir as velhas relações políticas e traiu a confiança dos oprimidos.

O assistencialismo do programa Bolsa Família, o ProUni que serve aos donos das universidades particulares e o salário mínimo de fome de R\$350,00 garantiram apoio a Lula. E essas migalhas compõem como grande feito. Na verdade, o desemprego, a fome e a miséria da maioria persistem, enquanto os capitalistas lucram horrores. Servem para amortecer a revolta popular e a luta de classe. Funcionam eleitoralmente. Mas o escândalo do dossiê permitiu que o candidato Alckmin bombardeasse o caudilho Lula.

O 2º turno não traz nenhuma diferença. Os explorados se dividem entre duas candidaturas e entre partidos da ordem burguesa. São arrastados a decidir qual algoz escolhem. O PSOL não se definiu pelo voto nulo, mostrando apego à disputa PT e PSDB. Parte do partido está com Lula e parte com Alckmin.

O voto nulo programático e pela construção do Partido Operário Revolucionário corresponde, na situação, à defesa da independência da classe operária e demais explorados frente à política burguesa e toda sorte de mentiras. Trabalhadores e juventude oprimida, o POR conclama a votar nulo, expressando repúdio às candidaturas da burguesia, defesa das reivindicações vitais, disposição de luta contra o capitalismo, combate ao imperialismo e vontade de construir o partido da revolução socialista.

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Contra o salário mínimo de fome • Contra o desemprego e a superexploração do trabalho • Contra o latifúndio e a repressão aos trabalhadores sem-terra • Contra a destruição da educação • Contra a opressão nacional e o imperialismo • Contra a enganagem eleitoral | <ul style="list-style-type: none"> • Pelo salário mínimo vital de R\$ 2500,00 • Pela Escala Móvel das Horas de Trabalho (nenhum desempregado, emprego a todos) • Apoio às ocupações, aliança operário camponesa • Ensino público e gratuito a todos • Não pagamento da dívida, ruptura com o imperialismo, apoio às nações oprimidas • Pela ação direta (conquistar as reivindicações pelas próprias forças) • Pela Independência de classe e pelo Partido Operário Revolucionário • Pelo programa da Revolução Proletária e pelo Socialismo |
| <ul style="list-style-type: none"> • Contra os candidatos burgueses, do governo ou da oposição • Contra aqueles que se dizem socialistas mas ajudam a enganar as massas | |

A Frente de Esquerda se desfaz no 2º turno

O PSTU se posicionou pelo voto nulo. O PSOL não está pelo voto nulo. Desfez-se a Frente sem mais nem menos.

Evidenciou a política oportunista do PSTU. A Frente não teve por base princípios de independência de classe e programa de luta antiimperialista e anticapitalista. Nem mesmo o velho programa mínimo da socialdemocracia norteou a Frente.

O PSTU tem por tradição propor o programa mínimo para constituição de frentes eleitorais. Mas nada disso fundamentou a campanha para presidente da candidata Heloisa Helena. Esta se centrou nos pontos de interesse da burguesia: política econômica voltada à administração do capitalismo e ataque concentrado na candidatura do PT.

Alckmin foi poupado por Heloisa Helena, principalmente quanto à corrupção. Nesse sentido, ela fez coro com Alckmin e Cristovam Buarque, uma verdadeira frente de denúncia contra a corrupção do PT. Permitiu assim que Alckmin vestisse a máscara imaculada da moralidade burguesa.

É claro que essa posição repercutiria no 2º turno. Ficou aberta uma porta para o voto em Alckmin. Heloisa Helena diz que pessoalmente votará nulo. Mas o PSOL logo aprovou "neutralidade". Decidiu-se que nenhum de seus membros poderia revelar seu voto, portanto não participar de qualquer campanha. Internamente, há militantes favoráveis a Lula, a Alckmin e ao voto nulo. Heloisa Helena não disse mais nada.

Na verdade, não existe neutralidade. Depois de bater somente contra Lula na questão da corrupção, deixou um flanco ao voto favorável no PSDB. A idéia de que os eleitores são livres para escolher em quem votar ou não votar é completamente falsa, irresponsável e oportunista.

O PSOL compareceu como terceiro partido, teve cobertura da imprensa, participou em todos os debates, expôs posições e exerceu suas críticas centradas no PT. Era seu dever anunciar aos seus mais de 5 milhões de eleitores qual é a orientação majoritária do PSOL. A neutralidade significa voto em Alckmin, uma vez que fez frente com este contra Lula na questão do "chefe de quadrilha".

O que diz o PSTU sobre o voto nulo

O PSTU chama o voto nulo para enfraquecer o novo governo. Diz que agora o

"voto nulo é uma alternativa real", de forma a desqualificar o voto nulo do 1º turno.

Faltou em seu panfleto fazer mesmo que fosse um breve balanço da Frente de Esquerda. Oculta as posições comprometedoras de Heloisa Helena e do PSOL.

Que alternativa real constituiu a candidatura da Frente? Do ponto de vista numérico, em nenhum momento chegou a ser alternativa real. Então só resta um outro aspecto – o verdadeiramente decisivo –: será que a Frente atuou com um programa de classe, atuou como aliança revolucionária entre PSOL, PSTU e PCB, garantiu a independência de classe dos explorados?

O PSTU deveria ter respondido a essas questões, para fundamentar que o voto nulo no 2º turno é uma "alternativa real". Limita-se, no entanto, a dizer: "O voto nulo não indica somente a falta de alternativas eleitorais para os trabalhadores no 2º turno. Uma grande soma de votos nulos enfraqueceria as duas candidaturas e o futuro governo eleito".

No 1º turno, a Frente de Esquerda não expressou a luta anticapitalista e a independência de classe. Fortaleceu-a eleitoralmente era fortalecer o reformismo pequeno burguês e a política estrategicamente burguesa do PSOL. Essa foi a experiência e a principal lição deixada pelo reformismo petista, ao qual está filiado o PSOL.

Será que o PSTU não acompanhou com zelo as posições do PSOL, que encabeçou e respondeu pela Frente de Esquerda? Acreditamos que não há falha do PSTU nesse aspecto. Ocorre que o PSTU tornou-se responsável pelas posições pró-capitalistas expostas por Heloisa Helena.

PSTU chama aliados ao voto nulo

Depois que o PSOL havia aprovado a "neutralidade", o PSTU o convoca a se posicionar pelo voto nulo. Diz: "Estivemos juntos com o PSOL e o PCB na Frente de Esquerda no primeiro turno das eleições, com a candidatura de Heloisa Helena. Chamamos esses partidos, assim como os militantes independentes, a afirmarem conosco a defesa do voto nulo no segundo turno".

O PSTU oculta a posição já tomada por seus aliados imediatamente ao fim das eleições. Demonstra que a Frente só serviu para apoiar Heloisa Helena e manter apresentação do PSOL no parlamento.

Deveria ou não a Frente de Esquerda se reunir para discutir e definir posição diante do novo quadro eleitoral? Deveria! Mas não o fizeram porque se tratou de uma capitulação do PSTU diante do PSOL e da candidatura de Heloisa Helena.

Concretamente, a Frente de Esquerda do PSTU revelou ser uma tática de adesão e não uma tática de luta pela independência de classe dos explorados.

Declaração do O Trabalho

Impressiona a capacidade dos redatores da Declaração da corrente *O Trabalho* (PT) em defesa de Lula de omitir a verdade sobre o governo do PT. Analisemos algumas de suas afirmações:

"No primeiro turno, os trabalhadores, o povo oprimido brasileiro, disseram não a Alckmin. Não ao retorno das oligarquias, do PSDB e PFL, que durante anos pilharam o país".

É preciso que se diga que milhões de trabalhadores votaram em Alckmin, principalmente na região Sul e Sudeste onde se concentra a classe operária e a pequena burguesia urbana. Nem por isso querem a volta "das oligarquias". Foram arrastados pelas denúncias de corrupção no governo Lula, bem aproveitadas pelos mais corruptos ainda. Trata-se de uma luta eleitoral no seio do Estado e da política burguesa. É o PT, seu governo e suas alianças com PP, PTB, PMDB que possibilitaram o PSDB/PFL travar oposição no campo da corrupção, falcaturas e jogos de interesse. O governo Lula conta com a participação de setores da velha oligarquia, como a família Sarney. Tudo isso completamente oposto às necessidades das massas. A declaração não se refere à compra do dossiê que permitiu Alckmin chegar ao 2º turno.

"O segundo turno, então, vai opor Lula, o candidato do PT a Alckmin, o candidato da elite dominante, do imperialismo, por isso o candidato que dá mais confiança ao mercado".

Parece que quem escreve essa passagem vem de outro planeta. Nem mesmo um analista estrangeiro mostraria tamanha ignorância. É que a ignorância da frase reflete o profundo compromisso do *O Trabalho* com o PT e com o governo Lula.

Lembremos a famosa Carta aos Brasileiros em que Lula, em 2002, selou um com-

promisso com os banqueiros e credores de honrar os acordos e os contratos. O governo eleito cumpriu integralmente a promessa. O mercado especulativo e espoliador do País manteve sua estabilidade.

A desconfiança atual dos capitalistas vem no sentido da apreciação de que a vitória de Lula manterá a instabilidade política e poderá aprofundá-la com a oposição cerrada da frente PSDB/PFL. O capital industrial também saiu em oposição devido à política econômica que favorece o capital financeiro em demasia.

Os anos de mandato de Lula foram positivos para a acumulação capitalista. Os números e indicadores econômicos usados pelo PT/Lula na campanha comprovam essa afirmação.

O dispêndio com os chamados "gastos sociais" serviram para amenizar provisoriamente a miséria de milhões. Mas o Estado não pode continuar bancando o dispêndio com a Bolsa Família, dado que novas crises econômico-financeiras estão por vir. Não há nenhuma incompatibilidade com o capitalismo dispender migalhas aos miseráveis. Lula governou para o grande capital e cevou os sem-nada com quirelas.

Ao não entrar no mérito capitalista do governo Lula, *O Trabalho* mente sobre as virtudes progressistas de Lula.

"Se há segundo turno é porque questões urgentes da nação não foram resolvidas ao longo do primeiro mandato de Lula, são questões que será preciso resolver".

Mais uma balela do "O Trabalho". Lula estava com o 1º turno ganho. A virada se deu não devido "a questões urgentes da nação", mas por causa de um milhão e setecentos mil reais movimentados para a compra do dossiê Vedoin, que envolveram altos funcionários do PT, entre eles Osvaldo Bargas, homem de confiança de Lula. *O Trabalho* inventa uma causa, que está de acordo com o desejo de que Lula resolva "questões urgentes da nação".

"A luta do povo trabalhador não cessou. Com greves, como fizeram os metalúrgicos da Volks e anunciam os bancários, com ocupações no campo, com manifestações de rua"

"Essa é a força social, força viva capaz de levantar a maioria dos explorados e oprimidos da nação, que a candidatura Alckmin quer derrotar, o movimento das massas no Brasil, que clama como clamam as massas no continente: soberania nacional para ter terra, emprego, salário, direitos, educação, saúde, controle das riquezas".

O que aconteceu com a greve da Volks? A burocracia do PT, que controla o sindicato metalúrgico e a CUT, a enterrou no terceiro dia e aceitou o plano de demissões. Na primeira leva, foram desempregados 1700 operários. O Trabalho acoberta o essencial: o PT controla a maior parte dos sindicatos e constitui uma trava às lutas. O MST reduziu as ocupações para apoiar a candidatura de Lula.

"O que querem os bancários em campanha salarial e que preparam uma greve nacional para arrancar suas reivindicações diante da intransigência dos banqueiros"?

"Eles querem: o governo Lula para derrotar os especuladores e os banqueiros que nunca lucraram tanto como nos últimos quatro anos. Eles dizem: governo Lula para atender as reivindicações no Banco do Brasil e na CEF e dessa forma ajudar o conjunto da categoria a quebrar a resistência dos banqueiros".

O subjetivismo do "O Trabalho" se traduz em pensamento dos bancários de querem Lula para derrotar os especuladores e os banqueiros. Mas "os banqueiros que nunca lucraram tanto como nos últimos quatro anos" não fizeram essa façanha sob a política econômica de Lula/Palocci/Meireles? Como, então, os bancários querem eleger um governo que se mostrou dos banqueiros e agora deve ser reeleito para ser opor aos banqueiros. Parece o raciocínio de um doido. Mas o desatino se explica pelos compromissos do *O Trabalho* com o aparato partidário e sindical do PT.

"Os trabalhadores querem suas reivindicações atendidas. Eles vão votar em Lula, por um governo do PT que satisfaça e que defenda a soberania da nação, um governo que rompa com os setores da elite incrustados no governo e representados nas alianças eleitorais. No 2º turno, a aliança que interessa para vencer é com o povo trabalhador e suas organizações e não os partidos corruptos e patronais".

O Trabalho escreve estas linhas sobre o que querem os trabalhadores do governo Lula como se fosse a eleição de 2002. Desconhece completamente o que fez o governo Lula contra a soberania do Brasil (cumprimento dos acordos com o imperialismo, intervenção no Haiti, condenação da resistência militar do Hamas) Nesse exato momento, condenou o teste atômico feito pela Coréia do Norte, fazendo coro

com os Estados Unidos. O fato é que Lula procurou apoio de governadores representantes das oligarquias regionais e de fração do PMDB capitaneada por Sarney/Calheiros. Não há nenhuma aliança com o povo trabalhador. O trabalho substitui a realidade por seus desejos. Acaba assim se colocando no campo da política burguesa.

A soberania nacional de que clamam as massas, segundo *O Trabalho*, está na dependência de governos mascarados de reformistas, como o de Lula, mas que praticam as ordens do capital financeiro internacional; está na dependência de governos pseudos-nacionalistas, como Chaves e Evo Morales.

O governo Chaves mantém a grande propriedade, controlada pelas multinacionais. Está em choque com os Estados Unidos, devido ao controle do petróleo, mas não impôs a soberania. Evo Morales fez da nacionalização um instrumento de sociedade com as multinacionais de petróleo.

São governos assentados no capitalismo. Arrastam as massas atrás de si, sacrificam sua independência e bloqueiam a ação revolucionária voltada a derrubar o poder da burguesia. Mantêm o aparato militar e policial que garantem a ditadura de classe dos capitalistas contra a maioria explorada, que se chocam com o Estado e caminham para a tomada do poder. Gestam em seu seio o golpismo, que recaem com violência sobre as massas e particularmente sobre a vanguarda. Não é o que a experiência do Brasil, Argentina, Chile e Bolívia nos ensinam.

Defender a constituição de governos nacionalistas sob a bandeira da soberania e de solução das tarefas democráticas (reforma agrária, etc) é abandonar completamente o marxismo-leninismo-trotskismo. Infelizmente, *O Trabalho* continua a confundir parte da militância com a bandeira da IV Internacional lambertista (dirigida pelo francês Pierre Lambert). Os lambertistas não têm mais nada a ver com o Programa de Transição da IV Internacional. Suas posições frente ao nacionalismo burguês reforçam esta afirmação.

Somente a classe operária no poder conquistará a soberania nacional, transformará a grande propriedade privada em social, entregará as terras aos camponeses pobres e desenvolverá o programa do internacionalismo comunista. O abandono da estratégia do governo operário e camponês, da ditadura do proletariado, colocou "O Trabalho" na dependência do PT contra-revolucionário.

LER e as eleições

A Liga Estratégica Revolucionária (LER), apesar de considerar um governo de Alckmin mais favorável à ação do imperialismo na América Latina, se posicionou pelo voto nulo no 2º turno. Depois de dar a entender que Lula seria um mal menor, conclui que nem por isso os trabalhadores devam escolher o mal menor. Em resumo isto é tudo sobre o voto nulo.

Depois de expor um balanço do 1º turno, em que obviamente critica a dissolução do PSTU na Frente de Esquerda e lamenta que o Conat não tenha seguido sua proposta de aprovar um programa classista para atuar nas eleições, considera que é “urgente que se abra na vanguarda de trabalhadores e juventude a discussão da necessidade de formação de um partido revolucionário de trabalhadores”.

Está aí uma das teses do morenismo que o PTS argentino carrega e transfere para seu agrupamento no Brasil. Imagina fundir as mais diferentes posições da esquerda revisionista e reformista em um partido. Não parte da posição de que o partido é o programa. Trata-se do Programa de Transição da IV Internacional, evidentemente aplicado às condições particulares de cada país. Mas essa posição é apenas anunciada como conclusão do balanço das eleições.

O que falta em seu balanço

Falta nas considerações da LER avaliar seu apoio aos candidatos da Frente de Esquerda para deputado, senador e para governador, bem como aos do PCO. Faziam parte da Frente candidatos do PSOL, do PSTU e PCB. Particularmente, fez campanha pela candidata Mara Hip Hop do PSOL. Chamou o voto nulo para presidente.

Não nos surpreendeu essa flexibilidade. Em eleições anteriores, já havia liberado o voto de sua militância para os candidatos do PSTU e PCO. Mas desta vez, a flexibilidade foi longe. Eis sua formulação: “Anule o voto digitando 29 (PCO), em protesto contra a democracia dos ricos que proíbe candidaturas operárias” “Para senador, governador e deputados vote criticamente nos candidatos operários da Frente de Esquerda (PSTU, setores operários do PCB e do PSOL) e do PCO”.

Por que votar nos candidatos da Frente, menos em Heloisa Helena?

Essa curiosa política tem uma explicação, mas não bem evidenciada pelo balanço da LER.

Em que momento a LER se definiu pelo

voto para presidente?

Sua propaganda foi divulgada poucos dias antes da votação do 1º turno. Tudo indica que sua direção teve dúvidas e vacilações.

Em julho, o jornal *Palavra Operária* chama o PSTU a “conformar uma ala classista na Frente de Esquerda”. O raciocínio político pode ser resumido no seguinte: o PSTU não aceitou que o Conat aprovasse um programa classista para as eleições, por isso não teve força para se impor diante do PSOL e capitulou. Mas havia uma saída – constituir com a LER e outros agrupamentos uma “ala classista” dentro da Frente de Esquerda. Como se vê, trata-se de um raciocínio pueril e uma forma de luta oportunista contra o PSTU. Também constituía uma saída para a LER, que teria de decidir seu voto à Frente de Esquerda.

Ilusões

O fato é que a Frente de Esquerda estava constituída segundo posições do PSOL. O PSTU tinha posto de lado suas exigências. E Heloisa Helena estava com a boca solta para dizer o que bem entendesse. A LER, de seu lado, mostrava quanta ilusão havia depositado na união do PSTU e PSOL.

Eis o que pensava a respeito: “A formação de uma Frente Classista, que nas eleições apresentasse uma saída para a crise nacional que atenda os interesses dos trabalhadores e do povo pobre, unificando a influência política do PSOL com a influência sindical do PSTU, teria sido um passo importante no sentido de ajudar os trabalhadores a avançar na sua independência de classe”.

A “influência política do PSOL” não passava do eleitoralismo e da demagogia parlamentar de Heloisa Helena (cretinismo parlamentar), que seria aplicado integralmente na campanha para presidente. E a “influência sindical do PSTU” não vai além do burocratismo de esquerda. O que mais almeja o PSTU é ganhar influência eleitoral – é o que lhe falta. É claro que desse modo não sairia a frente classista, de que tanto lamenta a LER.

Que conclusão tira a LER? Vejamos.

“Se por um lado a Frente de Esquerda já se consolidou sem um conteúdo classista, por outro lado, é possível e necessário formar no interior desta frente uma ala classista, claramente diferenciada da direção pequeno-burguesa e frente populista do PSOL”.

Ilusão traz ilusão, puerilidade traz puerilidade. É o que se pode dizer dessa formulação. Mas tem um sentido político. O problema da LER era como caracterizar definitivamente a candidatura de Heloisa Helena e como posicionar o voto de seu agrupamento.

Como a LER caracterizava em julho a candidatura do PSOL?

Vejamos esta explicação: “Isso significa que não compartilhamos com a posição que apresentam o PSOL e Heloisa Helena como burgueses, o que configuraria, em qualquer situação, uma aliança eleitoral com este partido como uma traição aos interesses dos trabalhadores”.

Ora, o concreto é que a frente não era uma “frente classista” e que “o PSOL e Heloisa Helena levam uma política de conciliação com setores burgueses e com o próprio PT” (nos dizeres da LER).

Que definição eleitoral toma a LER? Evita definir suas bandeiras, seu voto. Dá a entender a possibilidade de voto em Heloisa Helena, em meio à ambigüidade da crítica e da defesa da Frente.

Essas formulações foram feitas em julho, quando ainda não se tinha concretamente o que Heloisa Helena iria dizer e como responder às perguntas da imprensa. Em fins de novembro, a LER já não tinha como chamar o voto em Heloisa Helena. Usou da manobra: votar nos candidatos operários da Frente e do PCO, mas anular para presidente, votando no PCO.

Voto nas candidaturas operárias

A LER abstraiu completamente os candidatos do programa da Frente de Esquerda e desconheceu seus compromissos políticos com as posições desenvolvidas por Heloisa Helena. Voto em candidaturas operárias, vinculadas a posições pró-capitalistas, como se confirmou com as idéias burguesas e reacionárias de Heloisa Helena (até mesmo o aborto condenou).

O voto nos setores operários do PCB é uma inovação que os “trotskistas” do PTS argentino trouxeram para o Brasil. O PCB é um partido em declínio, representa os restos do estalinismo decomposto, não tem influência alguma sobre as massas. O que quer a LER ao chamar o voto nos candidatos operários do PCB? Reavivar o estalinismo?

Mais ainda, para chamar o voto na

Frente de Esquerda, a LER foi obrigada a fazer o mesmo com PCO. O critério oportunista das candidaturas operárias teria de valer para todos da esquerda (reformistas, centristas, estalinistas e "trotskistas"), sem discriminação. Mas a LER fez uma tábua de valor.

Prioridade máxima: voto nos candidatos da Frente (o que inclui as do PSOL e do PCB). Prioridade secundária: voto no PCO. Eis: "Em todo o país, apesar de nossas diferenças, chamamos o voto somente nas candidaturas operárias da Frente de Esquerda (as do PSTU e eventualmente alguma do PSOL ou PCB) e, onde não houver candidatos operários da Frente de Esquerda, chamamos a votar no PCO". "Onde existirem candidatos do PCO e do PSTU disputando o mesmo cargo, chamamos a apoiar o PSTU (...)" Considera que o PSTU "expressa muito mais os processos mais progressivos de reorganização do movimento operário", daí a prioridade. E o PCB, que também tem prioridade na tabela da LER? Qual é a razão? Contribui para quê? O voto da LER vai para os candidatos do PCB por-

Rondônia:

O que caracteriza a vitória do corrupto Cassol

Nesta campanha eleitoral para governador do estado, as pesquisas demonstravam a reeleição do atual governador Ivo Cassol (PPS, ex-PSDB), da coligação "O Trabalho Continua" PTN/PFL/PAN/PV/PRONA. Eis as principais razões: a) recebeu apoio principalmente a classe empresarial do ramo agropecuário e dos ligados ao agronegócio do sul do estado; b) parte dos pequenos agricultores receberam sementes e tratores e, em contrapartida, esses agricultores entregavam parcela da produção, que era distribuída nos municípios e bairros periféricos. Com isso, o corrupto Cassol ganhou adesão de quase 52 prefeitos. Eis aí a mistura da corrupção com o assistencialismo.

A candidata do PT, Fátima Cleide, da coligação "Rondônia no Coração" PSC/PRTB//PCdoB, no início da campanha, se colocava em quarto lugar e teve uma evolução expressiva no decorrer da campanha, chegando ao segundo lugar aproximadamente um mês antes da eleição. Mas não foi suficiente para derrotar Cassol, que contava também com máquina do estado. Fátima Cleide tinha apoio da burocracia sindical e obteve índices altos de votação nas cidades, onde se

que faz parte da Frente de Esquerda.

LER apoia a Frente de Esquerda - política morenista para as eleições

É preciso que se diga sem rodeios: a LER apoiou a Frente de Esquerda do PSOL/PSTU/PCB. Quem traduziu a política da Frente diante das massas e dos milhões de votos? Foi Heloisa Helena e o PSOL. Formalmente a LER não votou em Heloisa Helena, mas votou na frente e na política que sustentou a candidatura da pequena caudilha. O chamado ao voto crítico é para enganar os tolos.

A LER esteve propensa a apoiar Heloisa Helena em julho e agosto (sua candidatura era uma "tendência extremamente progressista na situação"). Esperou para ver o que faria. E concluiu que seria escandaloso chamar o voto em uma candidatura pró-capitalista e reacionária. Procurou então separar Heloisa Helena da Frente e votar nos tais dos candidatos operários, como se uma coisa não tivesse a ver com a outra.

concentram os movimentos sociais e militantes do Movimento dos trabalhadores sem-terra. Pesaram também as denúncias da compra de dossiê pelo PT.

O candidato Carlinhos Camurça (PSB), da coligação "Juntos por Rondônia" PDT/PTB/PL/PSB, que se colocava em segundo lugar no início da campanha, caiu para o terceiro, permanecendo aí até o final. Carlinhos Camurça representava os empresários/comerciantes ligados ao capital entre o eixo Porto Velho e Guajará Mirim.

Amir Lando (PMDB), da coligação "Rondônia mais Humana" PP/PHS/PMN/PTC/PRP/PSDB/PTdoB, no início esteve em terceiro lugar e caiu para quarto, e não daí não saiu mais.

O candidato do PSOL, Adilson Siqueira, que representava a Frente de Esquerda, contou apenas com uma ala da militância universitária e não teve nenhuma expressão.

Por fim, a candidatura de Edgar do Boi (PSDC) passou despercebida.

Para a Assembléia Legislativa, vale ressaltar a reeleição apenas de um petista, Néri Firigolo, apesar das denúncias que recaíam sobre ele e o PT.

Do ponto de vista geral, compareceram

Isso explica a bandeira exótica divulgada em fins de setembro.

A LER fala dos outros como se nada tivesse a ver consigo própria. Notem o que diz seu balanço do 1º turno: "Mas quando começa a campanha é que Heloisa Helena começa a frustrar a expectativa de amplos setores da vanguarda e da militância do próprio PSOL e do PSTU". Faltou acrescentar: e também a nós da LER, que alimentamos ilusão em Heloisa Helena e estivemos perto de apoiá-la.

Mas não era preciso começar a campanha para saber o que Heloisa Helena iria falar. A candidata do PSOL tem como escola o reformismo fracassado do PT, doutorou-se em cretinismo parlamentar e seu programa é a bíblia. Ocorre que a política oportunista da LER para as eleições a fez esquecer desse histórico. O mesmo defeito tem o PSTU. Não é por acaso que ambos vem do tronco criado por Nahuel Moreno, que dedicou boa parte de sua militância para revisar o Programa de Transição, escrito por Leon Trotsky para constituir a IV Internacional.

79,50% dos eleitores (dos 988.631, só votaram 785.816). O que significa a ausência de 202.75 votos, portanto uma abstenção de 20,50%. O número de votos nulos foi de 5,20% e 1,73% foram brancos.

O Governador Ivo Cassol (PPS), foi reeleito com 54,14% dos votos válidos. Em segundo lugar ficou a candidata Fátima Cleide (PT), com 25,90%. E o ex-prefeito de Porto Velho, Carlos Camurça (PSB) obteve 12,50%.

Pesaram também nas eleições estaduais as ameaças de desemprego nos serviços públicos. Os demais candidatos não conseguiram derrubar a farsa montada pelo governador. Os partidos concorrentes não podiam expor a brutal corrupção de Cassol, porque recaíam sobre todos inúmeras denúncias. As massas empobrecidas e desempregadas foram arregimentadas pelo caudilhismo de Cassol.

Em relação às eleições presidenciais, Alckmin obteve 47,04% (344.096) e Lula, 45,06% (329.598). O PSDB teve uma vitória muito pequena em relação ao PT. A candidata do Psol, Heloisa Helena, 5,57% (40753 votos).

O POR defendeu o voto nulo programático, expressando a política de independência de classe dos explorados.

Diretoria pelega enterra luta dos bancários, enquanto banqueiros faturam milhões

Os bancários conseguiram paralisar grande parte do sistema bancário do país. Mostraram combatividade. Enfrentaram a repressão patronal. Organizaram piquetes contra os fura-greve. Contra a vontade da burocracia sindical, as assembleias em todo o país rejeitaram as negociações de cúpula e responderam às ameaças dos banqueiros com a greve nacional. No entanto, no dia 11/10, a diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, juntamente com a diretoria Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), ambas dirigidas pela corrente política Articulação Sindical do PT, enterrou a greve de 7 dias (5 dias úteis) dos bancários.

Como é típico da burocracia sindical, essas direções burocráticas procuraram conter o movimento e investir nas negociações com os patrões. Diante da disposição de luta dos trabalhadores do setor e da miserável proposta da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), entretanto, tiveram de fingir um enfrentamento. Resultado: os bancários saíram perdendo em suas reivindicações, enquanto os banqueiros continuam a acumular lucros exorbitantes.

Burocracia sindical enterra greve

A diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, desde que entregou a pauta de reivindicações à Fenaban (10/08) tentava uma negociação, a qual procurou forçar com pequenas mobilizações, parciais e fragmentadas. Daí o atraso, em 2 horas, na abertura de agências, no dia 04/09. Tal protesto contra o cancelamento nas negociações (que a Fenaban alegava não ter marcado), envolveu apenas os bancos Bradesco, Itaú e Unibanco, da Av. Paulista e 3.500 bancários, num total de 106 mil em São Paulo. Daí também o mesmo tipo de protesto no dia 06/09, envolvendo 29 agências dos mesmos bancos e só cerca de 600 trabalhadores, da região sul da capital.

No dia 15/09, parecia que a direção burocrática tinha conseguido seu objetivo: foi marcada rodada de negociação com a Fenaban. Até aí, o presidente do sindicato dos bancários dizia que: "Se a rodada for só enrolação, faremos greve nos próximos dias". A Fenaban não apresentou nenhuma proposta, ou seja, houve a enrolação e a direção pelega tentou enrolar os trabalhadores não chamando a greve. Os banqueiros queriam que o acordo fosse "construído na mesa de negociação", sem reajuste, tal como no ano passado, evidenciando que os banqueiros sabem que a burocracia vai colaborar no final, como sempre fez.

Nova reunião ocorreu em 19/09. O sindicato ameaçava que essa era a data final para os banqueiros apresentarem sua proposta, senão haveria greve. Novamente não houve proposta e greve não foi deflagrada. Realizou-se uma "paralisação de alerta", de apenas 24 horas, de apenas algumas agências (28), apenas do centro de São Paulo. Nas assembleias de 25/09, chamadas pela Contraf por todo o país, objetivando traçar os rumos de uma greve geral a partir de 26/09, a coisa não foi diferente: mais uma vez não saiu a greve por tempo indeterminado, só uma "paralisação de advertência", de 24 horas. Como boas colaboracionistas, as direções sindicais, ao se justificarem, depunham contra a greve: "Tentamos sempre negociar, mas depois de um mês, ainda não há proposta. Os banqueiros praticamente nos empurraram para a greve", afirmou o pelego Marcolino (presidente do Sindicato dos Bancários).

Considerando os vacilos das direções sindicais e as ameaças dos patrões, a paralisação do dia 26/09 mostrou certa disposição de luta dos bancários: 23 estados, mais o DF, aderiram, com a participação de 120 mil bancários (são 400 mil no país). Em São Paulo, a paralisação atingiu 279 agências (são 2 mil no total) e centros administrativos e contou com 34 mil trabalhadores.

Ainda assim, a direção do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região apostava nas negociações, dizendo que a categoria esperava uma contraproposta e usava a greve só como ameaça. A tão esperada greve só saiu, no entanto, porque em 03/10, em mais uma reunião, a Fenaban praticamente não alterou nada em sua proposta. Nessa reunião, mais uma cartada da burocracia: a assembleia que não poderia mais adiar a deflagração da greve, que ocorreria dia 04/10, por isso, a Contraf enviou carta à Fenaban solicitando mais uma rodada infrutífera de negociação, com a "esperança" de abortar o movimento. Não houve jeito e, no dia 04/10, as assembleias em todo o país aprovaram a greve a partir de 05/10.

O primeiro dia de greve, em São Paulo e Osasco, teve adesão de 39 mil (40%) bancários e paralisou 517 agências e centros administrativos em todas as regiões da cidade. Esse índice subiu em 06/10 para 40 mil bancários e praticamente se manteve até o quinto dia, contando com 36 mil grevistas e paralisação de 494 locais de trabalho. O problema é que o sindicato começou a aceitar propostas separadas dos bancos e a empurrar goela abaixo dos trabalhadores as propostas da Fenaban. Até o dia 11/10, os bancários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil resistiam. Rejeitaram a proposta patronal no dia 10/10, mas a direção do sindicato marcou nova assembleia no dia 11 e os levou a recuarem. Segundo Marcolino: "Foi uma assembleia muito maior do que a de terça-feira. Além disso, hoje [11/10] os bancários já tinham amadurecido melhor a idéia da proposta".

As propostas rebaixadas aceitas pelas direções sindicais

- Os bancários reivindicavam:
- reajuste salarial de 7,05% (aumento real);
- reposição das perdas com a inflação, isto é, 2,85% de inflação no período (cálculo do Dieese);
- PLR de 5% do lucro líquido, mais um salário bruto e mais R\$ 1.500,00;
- criação de um 14º salário;
- Plano de Cargos e Carreira;
- vale-alimentação de R\$ 300,00;
- auxílio educação para todos os funcionários;
- fim das terceirizações;
- fim do assédio moral e metas abusivas;
- igualdade de direitos entre afastado e aposentados;
- manutenção dos empregos;
- ampliação do horário de atendimento com 2 turnos;
- redução dos juros e tarifas;
- auxílio creche de um salário mínimo.

Em 2005, após 6 dias de greve, conseguiram só um aumento de 6%, abono de R\$ 1.700,00 e PLR mínima de 80% dos venci-

mentos mensais, mais R\$ 800,00.

A Fenaban, por sua vez, desde o início não queria conceder aumento real porque alegava que a inflação está baixa. Quanto a PLR não queria alterar as regras de 2005. Entretanto, se tivesse de aumentar algo seria justamente na PLR, já que esta não implica aumento salarial, isto é, não incorpora-se ao salário. Desconsiderando isso, a proposta de PLR da Fenaban (já a primeira), para o Sindicato dos Bancários de São Paulo e Osasco, tinha um "ponto positivo de reconstrução da lógica da PLR", ou seja, "previa um adicional permanente", embora não tivesse aumento real. Esse último acabou sendo contemplado pela Fenaban à medida que concedeu o reajuste correspondente ao INPC do período calculado pelo Dieese. Em outras palavras: a baixa reivindicação da diretoria do sindicato acabou indo ao encontro aos interesses dos banqueiros de não conceder nenhum aumento salarial que pudesse atender as reais necessidades dos bancários.

PROPOSTAS FENABAN

Data	Proposta de Reajuste	Proposta de PLR
27/09	2% (menos que a inflação)	<ul style="list-style-type: none"> 80% do salário de R\$ 816,00 Adicional de R\$ 500,00 para funcionários de bancos com lucro líquido de 25% maior que o de 2005
03/10	2,85%	<ul style="list-style-type: none"> 80% do salário de R\$ 823,00 Adicional de R\$ 750,00 para funcionários de bancos com lucro líquido de 25% maior que o de 2005

As propostas separadas dos bancos seguiram esta mesma lógica. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil ofereceram reajuste de 3,5% (aumento real de 0,63%). Com relação à PLR, o primeiro banco propôs um abono de 80% do salário mais uma parcela de R\$ 3.167,00; o segundo banco propôs PLR semestral de 95% do salário, mais um fixo de R\$ 412,00, além de distribuição linear de R\$ 1.814,00 (4% do lucro líquido deste semestre) e um bônus que varia de acordo com salário. Para o sindicato, o único problema é que: "O aumento real ficou abaixo do que queríamos, mas estamos mantendo uma tradição de todos os anos ter a reposição acima da inflação".

Por que a proposta dos banqueiros é absurda

Estudos do Dieese mostram que, nos últimos 11 anos, o lucro dos 11 maiores bancos do país cresceu 1.697%, enquanto o aumento dos bancários das instituições privadas foi de 153%, não repondo nem a inflação (INPC/IBGE) de 170%. Nos bancos públicos, a situação é ainda mais grave: na Caixa Econômica Federal, os bancários receberam aumento de 66,1% e, no Banco do Brasil, de 76,3%, quando o lucro do primeiro foi de 871,28% e do segundo de 3.732,48%. Abaixo reproduzimos os dados do estudo.

O lucro dos bancos, de 1994 a 2005, aumentou muito na média e em particular. Mesmo os casos do Banespa e Santander, cuja variação no período apresenta resultado negativo, no governo Lula / PT, conseguiram ter lucros. Esses lucros, no entanto, devem ser ainda maiores, pois tal estudo não inclui os bancos Bozano e Meridional e as demais instituições financeiras coligadas / controladas pelos bancos. No caso do Banco Real, o período de 1994 a 1998 só considera os valores relativos ao Banco Real. No caso do HSBC, para o período de 1994 a 1996, os valores são referentes ao Banco Bameriundus. Quanto ao Itaú, no período de 2003 e 2005, os valores são referentes ao Itaú

Holding Financeira (consolidado).

É preciso acrescentar que o aumento dos lucros dos bancos relaciona-se, sobretudo, ao crescimento de tarifas bancárias no faturamento. No Bradesco, por exemplo, a receita com taxas de prestação de serviços passou de R\$ 510,8 milhões em 1994 para R\$ 7,34 bilhões em 2005, ou seja, um salto de 1.338%. O Unibanco, em 1997, obteve ganhos com taxas bancárias que superaram em 62,35% os gastos com salários de funcionários. Isso mostra, como os próprios analistas burgueses admitem, que os bancos não tem mais como meta lucrar com tarifas apenas para saldar a folha de pagamentos, elas hoje representam mais que isso. Aliás, os bancos têm elevado as tarifas acima da inflação, a exemplo da tarifa de rescisão contratual que subiu 61,8% entre janeiro a setembro deste ano, enquanto o INPC subiu 1,16%. Em geral, as tarifas representam 1/3 do lucro dos bancos.

Vejam agora os reajustes concedidos pelos banqueiros aos bancários, comparando-os com os lucros e a inflação do período medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) / IBGE.

Varrer a burocracia através da defesa das reivindicações elementares

Como visto, a pauta dos bancários, em termos de reivindicações elementares, como salário e emprego, estava rebaixada. Rebaixar as reivindicações e apresentar derrotas como vitórias é típico das burocracias sindicais, particularmente da Articulação Sindical (PT). Da mesma forma, amortecer a luta de classes é uma tarefa própria dos pelegos, que são colaboracionistas.

A greve dos bancários contou com a disposição da base que chegou a surpreender e desafiar a direção burocrática criando um comando próprio para dirigir a greve e desautorizando o Comando Nacional da Contraf. Além de ter de enfrentar a repressão dos patrões e da polícia. Os bancos queriam forçar os trabalhadores, como fez o Unibanco, a dormirem nas agências para não terem suas entradas impossibilitadas pelos piquetes.

Diferentemente do PSTU, que propõe que este movimento culmine na desfiliação da CUT, o POR defende que a direção sindical burocrática desta central, das confederações e dos sindicatos sejam derrotadas e varridas pela base. O movimento de destruição da burocracia se relaciona à defesa das reivindicações elementares. O POR não defende migalhas, mas o SALÁRIO MÍNIMO VITAL, que realmente atenda as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, com valor calculado pelas assembleias. Defende também que, contra as terceirizações e o desemprego, seja aplicada a estabilidade e a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, isto é, a divisão das horas de trabalho entre os que estão aptos a realiza-lo, sem redução de salário.

A defesa das reivindicações elementares permite aos trabalhadores chocarem-se com a burocracia que defende propostas rebaixadas. Constituem um meio de avançar a consciência do proletariado, além de ser a única maneira concreta de garantir-lhe a sobrevivência. Ou seja, a luta intransigente pela conquista destas reivindicações leva as massas exploradas a se chocarem com a burguesia. É preciso ter claro que somente com a destruição do capitalismo é que os lucros dos banqueiros deixarão de existir.

DEFESA DO SALÁRIO MÍNIMO VITAL PARA TODOS OS BANCÁRIOS E DEMAIS TRABALHADORES!

DEFESA DO EMPREGO ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO!

Nesta edição:

- HUANUNI: Enfrentamento de assalariados com cooperativistas
- A Nacionalização dos hidrocarburetos fracassou, diz o dirigente do P.O.R.
- Coréia do Norte sob ameaça do imperialismo

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



HUANUNI: Enfrentamento de assalariados com cooperativistas

ESTATIZAR TODAS AS MINAS DA BOLÍVIA.

16 MORTOS PESAM SOBRE AS COSTAS DO GOVERNO DEFENSOR DAS EMPRESAS PRIVADAS, DAS MULTINACIONAIS E DOS COOPERATIVISTAS TRANSFORMADOS EM EMPRESÁRIOS PRIVADOS QUE EXPLORAM DE FORMA DESUMANA SEUS TRABALHADORES.

O sangrento enfrentamento em Huanuni entre assalariados e cooperativistas é produto da privatização das empresas estatais. A burguesia entreguista e parasita destruiu as empresas do Estado, entre elas a COMIBOL para entregá-las às multinacionais (imperialismo). No caso da COMIBOL deixou milhares de mineiros nas ruas, muitos deles se transformaram em cooperativistas para continuar explorando pontos que ficaram abandonados. Estas cooperativas degeneraram em pequenas empresas privadas que exploram barbaramente seus próprios próprios companheiros. Demonstra assim que o cooperativismo no marco do capitalismo está condenado a se degenerar. Os sócios arrendatários dos locais incorporam novos "sócios" cobrando-lhes cotas de milhares de dólares; estes "sócios" menores e também os outros trabalhadores subcontratados são os que exploram as jazidas sem maquinários nem tecnologia. O Vice-ministro Rada agora descobre que no cooperativismo há patrões e peões; o que não diz é que seu governo é aliado dos cooperativistas-patrões, interessados em apoderarem-se das jazidas que ainda permaneciam nas mãos da COMIBOL. O ex-ministro Villarroel é um deles. O governo permitiu a ocupação de Caracóis por parte dos cooperativistas fazendo vista grossa e pensou em

fazer o mesmo com Huanuni.

O governo do M.A.S. continua com a política da "privatização": nestes dias o Mutún será entregue à multinacional indú Jindal. Sua "nacionalização" dos hidrocarburetos é uma farsa, conforme todo o país está comprovando. São as multinacionais petrolíferas as que mandam e impõem suas condições. Um governo que procura ser amigo e sócio das multinacionais e da burguesia entreguista não pode ser revolucionário.

Mas, desta vez, a resistência decidida dos trabalhadores assalariados enterrou os planos do governo de se que passar de esperto.

Os trabalhadores de Huanuni assinalam a perspectiva da luta pela defesa da propriedade estatal sobre as jazidas de minérios:

TODAS AS JAZIDAS DE MINÉRIOS DEVEM PASSAR PARA A COMIBOL SOB CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO, isto para evitar a corrupção burguesa na administração das empresas do Estado.

DEFESA DA COMIBOL FRENTE ÀS MULTINACIONAIS, A MINERAÇÃO PRIVADA E AS COOPERATIVAS.

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO; ao potenciar COMIBOL es-

tatizando as minas, deve-se contratar todos os mineiros desempregados e cooperativistas de base que não têm nada a ver com os dirigentes patrões. Isso se consegue reduzindo a jornada de trabalho mas sem reduzir o salário dos trabalhadores.

SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL DE ACORDO COM O CUSTO FAMILIAR.

O GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS saído da REVOLUÇÃO SOCIAL expropriará toda a GRANDE PROPRIEDADE PRIVADA dos meios de produção (hidrocarburetos, minas, fábricas, empresas, bancos) hoje em mãos do imperialismo e da burguesia entreguista.

A PROPRIEDADE SOCIAL sobre os meios de produção (socialismo) administrada pelo GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS, no marco da luta de todos os explorados do continente, tirará o país de seu atraso e não permitirá que se rife novamente o país.

Chamamos os trabalhadores cooperativistas a lutar contra os empresários que manejam as cooperativas e ajudar a potenciar a COMIBOL expulsando o imperialismo e a burguesia.

SE ESTE GOVERNO PERMANECE DEFENDENDO OS EMPRESÁRIOS E ÀS MULTINACIONAIS CABE CHUTÁ-LO

Conflito Huanuni

Diego & Frida

CARTA AO POVO BOLIVIANO DO SINDICATO MISTO DE TRABALHADORES MINEIROS DE HUANUNI

“Os trabalhadores mineiros assalariados da Empresa Mineira Huanuni, sob a direção de seu valoroso e combativo “SINDICATO MISTO DE TRABALHADORES MINEIROS DE HUANUNI”, fazem um chamado a todos os patriotas a unir forças para recuperar os recursos minerais, para em seguida explorá-los RACIONALMENTE, já que não podemos continuar sendo saqueados com uma exploração IRRACIONAL e DEPREDADORA pela empresa privada nacional, que atua

como ponta de lança das multinacionais imperialistas e os novos ricos que aumentam suas fortunas às custas da exploração de seus próprios companheiros, sob o disfarce de Cooperativistas.

Consolidar e fortalecer a COMIBOL como a única empresa estatal mineira que se encarregue da exploração de todos os recursos minerais do país, para que os excedentes de sua produção sirvam para beneficiar os explorados bolivianos.”

Desde a vigência do neoliberalismo em nosso país e seu respectivo processo de privatização, todo o aparato produtivo nacional em geral e o setor mineiro em particular foi destruído a tal ponto que hoje a COMIBOL se reduziu a quase nada em comparação ao passado glorioso da mineração boliviana.

A política de entrega dos recursos naturais continua vigente, uma amostra cabal e claríssima desta política é a atual licitação e entrega do Mutún por parte de Evo Morales à multinacional Jindal da Índia.

Devemos compreender a natureza da empresa privada e o cooperativismo: ambas formas de produção têm um elemento comum essencial – o caráter da apropriação da riqueza é privada.

O cooperado, pequeno proprietário, se associa com outros para, em grupo, conseguir o arrendamento ou licitação de um terreno de exploração; para aceitar um novo sócio, a cooperativa cobra um montante para a afiliação (no caso de Huanuni é de mil dólares) a cooperativa consegue obter um espaço de exploração e passa a deixar a extração do mineral por conta própria de cada sócio cooperado. Obviamente, as possibilidades de encontrar mineral não são as mesmas em todas as partes; daí que alguns têm sorte de explorar boas regiões e outros não. Há obviamente diferenças entre os cooperados de cima e os cooperados de baixo.

Assim, dentro das cooperativas se formam esses grupos privilegiados que, a partir de seus bons postos, começam a



acumular riqueza, terminam ligando-se com privilegiados e constituem grupos de poder. Começam a subcontratar outros mineiros (obviamente contratos privados sem aposentadoria nem benefícios trabalhistas, isto é, superexploração) que inclusive chegam a ter outros cooperados, os de baixo, os que não tiveram sorte.

Toda forma de produção pequena ou grande, de caráter privado, não pode resolver o problema da fome e da miséria das maiorias exploradas, mas sim acrescenta o enriquecimento aos proprietários particulares e aprofunda a crise e exploração dos trabalhadores mineiros.

Devemos ver claramente entre aqueles que deve dar-se a disputa: por um lado, o proletariado mineiro sindicalizado, os cooperados pobres e explorados que trabalham em excesso e pioram cada vez mais sua situação, mais os desempregados de todo o país; contra a cúpula privilegiada cooperativista e seus interesses ambiciosos e mesquinhos que atuam de mãos dadas com o governo para defender a propriedade pequena ou grande, sendo, com esta política, o cão fiel do imperialismo.

- Recuperar todos as jazidas mineralógicas nas mãos do Estado boliviano.
- Garantir o emprego a todos os desem-

pregados no interior da COMIBOL, por mais investimentos da parte do Estado para a extração de riqueza e criar mais empresas mineiras.

- Redução da jornada para 6 horas nas minas, com 4 turnos, para fazer o total de 24 horas (atualmente

são três turnos de 8 horas), escala móvel de horas de trabalho.

- Conseguir um salário que cubra as necessidades básicas dos trabalhadores mineiros na COMIBOL (salário mínimo vital).
- A COMIBOL sob o controle operário coletivo, como única garantia de que não seja desmantelada pelos governos neoliberais em benefício da propriedade privada multinacional.

O mais importante, isto não será feito pelo governo do MAS e nenhum outro governo que respeite a propriedade privada e se ajoelha diante do imperialismo. O máximo que chegará a burguesia ou os falsos reformistas esquerdistas é fazer falsas nacionalizações como a dos hidrocarburetos.

Deve-se ter bem claro que se conseguirmos que se reverta a situação das minas e de todas as empresas capitalizadas, cedo ou tarde terminarão outra vez em mãos privadas. Só destruindo o Estado burguês e pondo em pé o Estado socialista e seu governo operário-camponês se garantirá uma administração soberana de nossas riquezas naturais, isto porque a propriedade dos meios de produção (minas, fábricas, terras etc.) serão propriedade social.

Entrevista dada por G Lora antes das manifestações e greves de mineiros, professores etc.

A Nacionalização dos hidrocarburetos fracassou, diz o dirigente do P.O.R.

(ASC-Noticias) 1-October-06 - Redbolivia.com - APG Noticias

Afirmou que os governantes se humilham diante dos Estados Unidos, “às vezes Evo diz tolices sobre os governantes dos Estados Unidos, mas, logo o vice-presidente Álvaro García viaja a esse país e se ajoelha buscando alguma vantagem e algum favor”

A nacionalização dos hidrocarburetos fracassou e só é uma propaganda política que acoberta a submissão do Governo às multinacionais, disse esse sábado, o dirigente do Partido Operário Revolucionário (POR) Guillermo Lora.

“Bom, este processo fracassou. Evo Morales não pode nacionalizar nada. Está por detrás das multinacionais e dos empresários a quem quer fazer-lhes sócios do Estado. Respeita a propriedade privada e diz que não nacionalizará nada”, afirmou o político.

Insistiu que a “suposta nacionalização dos hidrocarburetos” é só um rótulo político e propagandístico como aquele de que “este Governo é socialista”; o que é falso porque não pode ter socialismo com a propriedade privada.

O POR, cujo dirigente é Lora, apregoa que a verdadeira nacionalização ou expropriação dos hidrocarburetos, a mineração, os latifúndios e as empresas capitalizadas só serão possíveis por meio da revolução, com o governo de operários, camponeses e classes médias empo-

breçadas das cidades, ou seja, a ditadura proletária.

Lora afirma que o Governo não solucionará os agudos problemas emergentes do atraso nacional. Disse que a miséria esgota a maior parte da população. Basta ver a quantidade de gente que sai do país porque não há empregos nem salários, enquanto o Governo rasteja diante do imperialismo e do capital financeiro.

Afirmou que os governantes se humilham diante dos Estados Unidos, “às vezes, Evo diz tolices sobre os governantes dos Estados Unidos, mas, logo o vice-presidente Álvaro García viaja a esse país e se ajoelha buscando alguma vantagem e algum favor”.

Segundo o político, a Bolívia já não pode desenvolver-se no capitalismo como pretende o atual Governo. O capitalismo está em uma crise mundial e os que estão por detrás dele ajudam a financiar essa crise para que se prolongue e não para que se supere.

Por estas razões, reafirmou o entrevistado, o governo não pode levar a cabo

uma verdadeira nacionalização dos hidrocarburetos. “Não por má fé, mas sim porque sua ideologia está submetida às multinacionais. Por isso falam de capitalismo andino.”

Acrescentou que a Bolívia requer soluções radicais para superar seu atraso econômico, o que só pode se conseguir por meio de um governo dos operários e camponeses, com a ditadura do proletariado que destruirá a propriedade privada.

Referindo-se à Assembléia Constituinte, disse que não transformará o país e não pode ser revolucionária. Uma mudança radical só pode ocorrer com uma revolução social que acabe com a propriedade privada. Fora disso tudo está condenado ao fracasso.

Lora não descartou possíveis levantamentos populares, como os de outubro 2003 e de junho 2005. “Há protestos esporádicos, o que constata que o Governo não beneficia a população e quando esta se convencer de que este não serve, o expulsará como os outros”, finalizou.

Federação Departamental de Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz COMUNICADO Nº 005/2006

CONTRA O MASSACRE DOS MINEIROS ASSALARIADOS DE HUANUNI

A Federação Departamental de Trabalhadores de Educação Urbana de La Paz responsabiliza o governo de Evo Morales pelo massacre de Huanuni.

Com sua política burguesa, a serviço das multinacionais, pretende privatizar todos nossos recursos naturais.

Nós trabalhadores devemos seguir o caminho assinalado pela classe operária, única direção revolucionária dos bolivianos:

ESTATIZAR TODAS AS MINAS DA BOLÍVIA. Toda extração de minérios deve passar novamente à COMIBOL estatal, como propriedade social, administrada e sob o controle coletivo dos operários..

Expulsão das multinacionais do país e se este governo as continua defendendo, nos prepararmos e organizarmos para expulsá-lo juntamente com seus sócios.

Unidade dos trabalhadores sob a direção revolucionária da classe operária por pão, trabalho, plena vigência da educação pública, única e gratuita, livre cultivo da coca e toda a terra para os camponeses.

Unidade dos trabalhadores para derrotar a direita reacionária que quer pescar em rio revolto.

A diretoria

O New Herald de Miami anuncia iminência do golpe de Estado na Bolívia

Governo pretende desarticular a luta revolucionária dos mineiros, professores e outros setores, que exigem medidas verdadeiramente revolucionárias

O anúncio por meio da imprensa imperialista, faz parte parte da conspiração direitista para encurralar o governo e submetê-lo às orientações do império e de seus agentes locais (burguesia entreguista). Tarefa nada difícil, dado o caráter pró-burguês reformista do MAS.

A imprensa (isso da objetividade do quarto poder é uma ficção, a imprensa nacional e internacional obedecem aos interesses dos donos dos meios de comunicação, que são burgueses) joga um papel descarado como meio para atacar o governo e combatê-lo.

Este só atina a acusar os setores mobilizados, especialmente mineros e professores, de serem cúmplices dos porta-vozes direitistas, e não move um dedo contra os conspiradores.

A luta de classes se agudiza, claramente começam a se diferenciar os pólos opostos da sociedade. Por um lado, os setores ligados à propriedade privada dos meios de produção, os grandes proprietários (multinacionais, latifundiários, empresários privados, banqueiros etc.) e também os pequenos proprietários (cooperativas mineiras e de transportes). De outro, os assalariados, os proletários, os desempregados, que expressam a necesi-

dade de impor a propriedade social sobre os meios de produção para recuperar os hidrocarburetos, as minas, as fábricas etc. para o conjunto dos explorados.

O governo, expressão, em grande medida, da minúscula propriedade camponesa, procura desesperadamente ligar-se à grande propriedade burguesa como sócio das multinacionais e amigo dos burgueses, para impulsionar uma "revolução democrática" burguesa, que se esgota no puro discurso sobre a inclusão dos indígenas, sem tocar a estrutura econômica, a propriedade privada dos meios de produção, origem da opressão nacional e classista das maiorias nacionais.

De todo modo, não se pode ignorar a advertência do imperialismo. Na eventualidade de um golpe de estado direitista, o caminho não é o de abaixar as calças como faz o governo e tratar de chantagear os setores operários e populares na luta por uma verdadeira revolução, mas sim preparar-se para derrotar o golpe, mediante a greve geral, o bloqueio das estradas e finalmente a resistência armada e acabar de uma vez por todas com a ordem social burguesa e, sob a direção política do proletariado (classe não proprietária), instaurar o socialismo.

Denúncia:

O que está por trás do relatório e da cantilena de uma nota só dos pedagogos?

O recente relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) faz um estudo comparativo da educação de 30 países, entre eles o Brasil. Critica a conduta do governo brasileiro de privilegiar a expansão do ensino superior em detrimento da educação básica. Diz que o Brasil gasta 18% do PIB per capita com alunos do ensino fundamental e 127% com os de universidade. Mostra que os países desenvolvidos investem em média 50% do PIB per capita em universidades. E conclui que o resultado dessa política é a baixa qualidade da educação fundamental.

Os pedagogos brasileiros aproveitaram o fato para bater na mesma tecla: "se o Brasil não conseguiu fazer a revolução educacional, não foi por insuficiência de verba para o setor".

O que escondem?

1. Que a reforma educacional, que vem sendo aplicada no Brasil, traçada pelo Banco Mundial e pelas potências, deve continuar;

2. Que nesses dez anos de aplicação, os governos favoreceram a expansão do ensino privado superior. Basta observar que no Brasil existem 1789 instituições particulares e 224 públicas. Esse crescimento contou com subsídios do Estado. O ProUni, compra de vagas ociosas nas universidades privadas, é um dos exemplos;

3. Que o objetivo dessa reforma educacional é "incluir" matrículas no ensino fundamental, eliminar as reprovações e a evasão escolar. Assim, os índices de analfabetismo seriam reduzidos e o Brasil atingiria a condição de um país com a quase totalidade de crianças nas escolas. Os resultados foram penosos: a) diminuiu-se o analfa-

betismo e cresceu o número de analfabetos funcionais; b) os recursos para a educação fundamental foram irrisórios e boa parte sequer chegou às escolas, pois a corrupção tomou conta do dinheiro; c) impôs-se a municipalização, com o nome de descentralização, e, com isso, fecharam-se escolas e superlotaram salas; d) o arrocho salarial aos trabalhadores da educação e eliminação de direitos foram violentos.

4. Que as escolas, que já não ensinavam nada, se transformaram em depósitos de crianças. Onde fala-se de tudo – cidadania, ética, trabalho etc. –, mas não se aprende nada. Os chamados projetos são mecanismos distracionistas para esconder a decadência do ensino.

5. Mas o relatório traz um dever aos novos governantes: aumentar ainda mais a privatização do ensino superior. E reservar aos pobres somente o ensino público fundamental.

Coréia do Norte sob ameaça do imperialismo

Os testes atômicos colocaram a Coréia do Norte, novamente, no centro da crise mundial. Se dependesse apenas dos Estados Unidos, estaria instaurada mais uma guerra. O acontecimento reflete as tendências bélicas que se desenvolvem com a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, bem como com as fronteiras nacionais.

Logo após o ataque terrorista de 11 de setembro, G. W. Bush anunciou a estratégia militar norte-americana de pôr fim ao "eixo do mal", formado pelo Irã, Síria e Coréia do Norte. Irã e Coréia do Norte com o agravamento de desenvolverem um projeto independente de energia nuclear. O bombardeio contra as instalações do Irã foi aventado; só não se concretizou devido a divergências entre as potências e a discordâncias da Rússia e China. A ocupação do Iraque foi motivada por supostas armas químicas e instalações nucleares.

Os testes levados a cabo pelo governo de Kim Jong Il significam mais uma quebra no monopólio bélico nuclear das potências, já ocorrida com a posse da bomba atômica pelo Paquistão, Índia e China. Israel detém o mesmo arsenal, sob auspício dos EUA.

As potências imperialistas controlam o mundo não apenas pelo poder da indústria e do capital financeiro concentrados, mas também pela gigantesca máquina de guerra. Os EUA se constituíram, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, numa força de intervenção militar global. Expressam belicamente as forças produtivas capitalistas, que por seu alto desenvolvimento, se chocam com as fronteiras nacionais.

Os interesses estratégicos das potências têm de ser garantidos pela capacidade bélica. Eis por que não permitem que as nações semicoloniais tenham a mesma soberania das potências para se armar com artefatos de grande capacidade de destruição.

A bomba atômica foi desenvolvida e utilizada pelos EUA contra o Japão. Mostrou o quanto constitui um perigo para a humanidade. Hoje sua capacidade de destruição pode devastar a Terra.

A Coréia do Norte fez apenas o teste. Caso alcance definitivamente a bomba, não fará senão contribuir para aumentar os perigos da guerra nuclear, cujos principais agentes são as potências imperialistas que subjagam nações e povos inteiros. Os EUA não têm feito senão aumentar o orçamento militar e potencializar a indústria bélica. Mas querem convencer o mundo que a paz será garantida se se pisoteia a soberania daqueles países que procuram se armar com o mesmo aparato nuclear detido pelas potências.

O povo coreano sofreu muitíssimo com as guerras. Em 1910, o Japão anexou a Coréia, e tentou inclusive substituir sua língua pelo japonês. Durante 30 anos, o Japão colonizou a Coréia. Na 2ª Guerra, o imperialismo nipônico impôs trabalho forçado aos coreanos. E, em 1945, a região foi dividida entre os EUA e União Soviética; três anos depois, os ocupantes criaram Estados separados: Coréia do Sul e Coréia do Norte. Em 1950, estala a guerra entre as duas Coréias. A ONU intervém sob o comando dos EUA. A Coréia do Norte é ocupada pelas tropas estrangeiras. Mais um moti-



vo para estender a guerra. A China invade a Coréia do Sul e os EUA reagem. Estimaram-se cinco milhões de mortos. Em 1953, a Coréia seria definitivamente dividida; de um lado a Coréia do Sul controlada pelos EUA e, de outro, a Coréia do Norte controlada pela burocracia estalinista da ex-União Soviética.

O nacionalismo-estatista de Kim Il Sung passou a ser intolerável para os EUA. E a China maoísta procurou manter sua ascendência sobre o país. Com o processo de restauração capitalista que desfez a União Soviética e que colocou a China sob influência do mercado controlado pelas potências, a Coréia do Norte ficou isolada e premida, sua economia foi sufocada.

É preciso entender esse processo histórico para se compreender que os testes atômicos da Coréia do Norte resultam do domínio imperialista e não da loucura da ditadura burocrática de Kim Jong Il.

Os EUA querem que o Conselho de Segurança baseie uma sanção a Pyongyang no capítulo 7 da Carta da ONU, que prevê a intervenção militar. O Japão exige rigorosa punição, que inclui o predisposto no capítulo 7. A China e Rússia temem o avanço norte-americano/japonês na região. A Coréia do Sul já responde aos interesses dos EUA.

O conjunto de medidas apresentado por Bush constitui uma declaração de guerra. Entre eles consta a proibição de que navios norte-coreanos entrem em qualquer porto e que seus aviões decolem ou aterrissem em qualquer país. Esse ponto foi retirado das negociações no Conselho, mas as medidas continuam draconianas. Trata-se de um ataque do imperialismo ao direito da Coréia dispor de armas nucleares, da mesma maneira que os EUA, França, Inglaterra, Rússia, China, Israel etc.

A busca de armamentos com grande poder de destruição por nações que ainda não as possuem corresponde às tendências bélicas da época imperialista do capitalismo. Ao contrário, a classe operária internacional tem a tarefa histórica de eliminar as guerras e acabar com a indústria bélica, que é parasitária e serve para destruir forças produtivas. Para isso, terá de vencer a burguesia no campo da guerra civil e da guerra entre nações opressoras e nações oprimidas.

O comunismo em escala mundial eliminará as classes, acabará com as fronteiras nacionais, unirá os povos em estreita co-operação e varrerá definitivamente a barbárie militar.